



## Para sindicalistas, carga de 40 horas criará empregos

Em audiência na CDH, representantes de centrais sindicais dizem que associação de redução de jornada à preguiça ou à quebra de empresas é tática ultrapassada, com raízes no discurso antiaboliconista



Luiz Negreiros, Antonio Lisboa, Tadeu Morais, Paulo Paim, Lourenço Prado, Hamilton Moura e Álvaro Sólón na CDH

**R**epresentantes das centrais sindicais defenderam a redução da carga de trabalho semanal, de 44 para 40 horas, como forma de criar mais de 2 milhões de novos postos de trabalho no país. Disseram que associar a reivindicação a comportamento de indolência ou aversão ao trabalho ou dizer que as empresas do país não vão

suportar os impactos da redução da carga "é parte de visão ideológica arraigada e manipulada, com força no passado, contra a abolição da escravatura".

Os sindicalistas salientaram que os padrões de produtividade atuais oferecem condições para uma jornada de menor duração e que a medida já é adotada em muitos países. **3**

## Alvaro reforça necessidade de CPI para investigar Dnit

Líder do PSDB quer que cinco ministros compareçam ao Senado para esclarecer denúncias de corrupção divulgadas pela imprensa. **4**

## Cristovam: cruzada contra corrupção é suprapartidária

Segundo ele, é hora de os congressistas deixarem divergências de lado e apoiar Dilma pelas demissões de suspeitos de irregularidades. **4**

## Projeto inclui Cefets no esforço para formar mestres

Um dos projetos na pauta de hoje da Comissão de Educação inclui cursos de formação de professores em nível médio e superior pelos Cefets. **6**

## Plenário volta à atividade com pauta trancada por duas MPs

Senadores terão poucos dias para analisar medidas. Uma reajusta a tabela do IR e outra reduz carga tributária sobre microempreendedor. **6**

### especial Cidadania

## Projeto assegura, pelo SUS, vacina gratuita contra o HPV

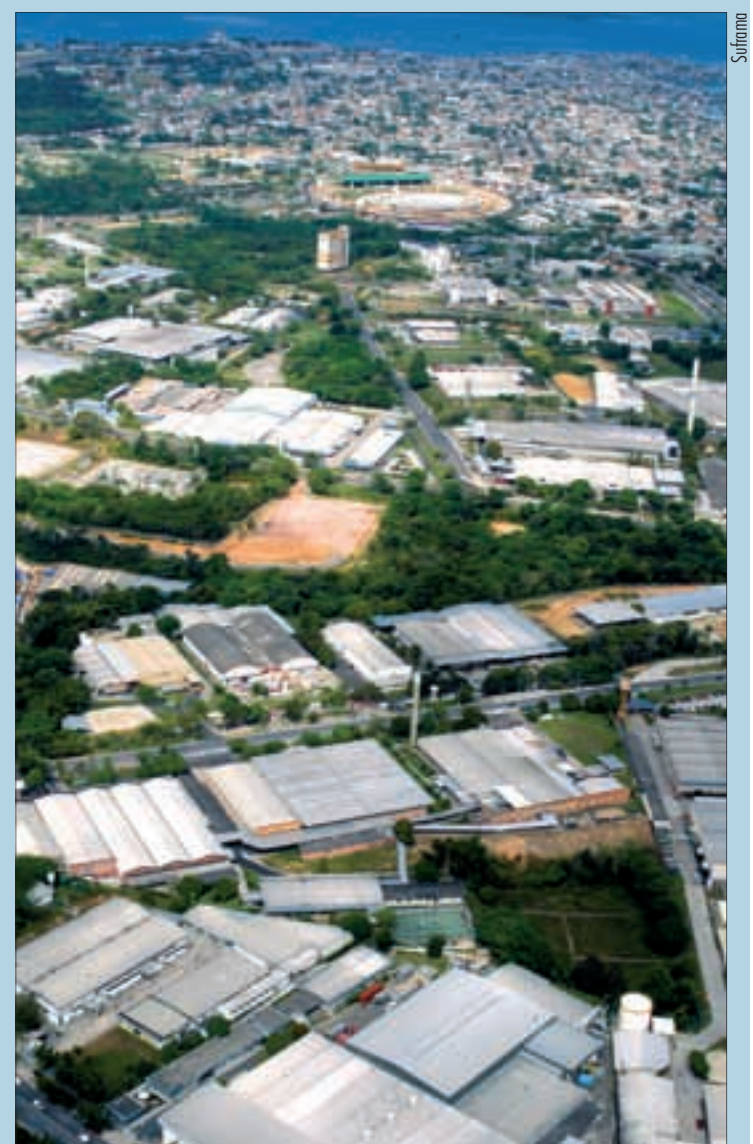
Responsável por quase 100% dos casos de câncer no colo uterino, que mata 4.800 mulheres a cada ano no país, o vírus HPV tem hoje como forma de prevenção uma vacina, que apresenta bons resultados. O problema é que ela só é oferecida em clínicas particulares, a

um preço elevado (R\$ 900 em média). Senado discute projeto de lei que assegura às mulheres de 9 a 45 anos de todo o país o direito de receber a vacina contra o HPV pelo Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive em entidades hospitalares subvencionadas. **8**

## Vital do Rêgo destaca reforma política como prioridade **7**

## Indicado para novo mandato, Roberto Gurgel visita Sarney **2**

## Plenário faz homenagem a Câmara Cascudo **2**



Distrito Industrial de Manaus: senadores cobram proteção a empregos locais

## Senadores criticam lei paulista e política de desoneração fiscal

Vanessa Grazziotin e Eduardo Braga reclamaram condições de competição para produtos da Zona Franca de Manaus. Vanessa apontou

que incentivo paulista à produção de *tablets* é inconstitucional. Braga defendeu política industrial específica para estados mais pobres. **5**

Escritor, pesquisador, professor universitário e folclorista potiguar morreu há 25 anos e foi um dos mais dedicados e respeitados estudiosos da cultura brasileira

# Senado homenageia amanhã o educador Câmara Cascudo

O SENADO LEMBRA em Plenário, amanhã, às 14h, a passagem do 25º aniversário da morte do educador Luís da Câmara Cascudo. O requerimento solicitando o evento é do senador Paulo Davim (PV-RN).

Historiador, antropólogo, advogado e jornalista, Câmara Cascudo nasceu no dia 30 de dezembro de 1898 em Natal e morreu no dia 30 de julho de 1986, também na capital potiguar. Dedicou-se ao estudo da cultura brasileira e foi professor universitário, deixando uma extensa obra, composta de mais de 150 volumes, entre os quais o clássico *Dicionário do folclore brasileiro* (1952).

Para o senador Paulo Davim, Cascudo "é um dos mais importantes pesquisadores das raízes étnicas do Brasil, sendo considerado o papa do folclore brasileiro". Chegou a ser chamado de "o homem que sabe de tudo".

Entre seus livros, destacam-se ainda *Alma patricia* (1921), *Contos tradicionais do Brasil* (1946) e *Geografia do Brasil holandês* (1956), que trata do período das invasões holandesas. A obra intitulada *O tempo e eu* (1971) – editada após sua morte – diz



Câmara Cascudo, "papa do folclore", e o então deputado Jonas Chaves, em 1972

respeito às suas memórias.

Na política, Cascudo foi monarquista nas primeiras décadas do século 20 e, na década de 1930, combateu o comunismo e as ideias marxistas, aderindo posteriormente ao integralismo brasileiro – movimento político ultraconservador encabeçado por Plínio Salgado, que fundou a chamada Ação Integralista Brasileira (AIB), partido de extrema direita inspirado nos princípios do movimento fascista italiano.

O intelectual destacou-se como chefe regional da AIB, mas se desencantou com o movimento integralista, demonstrando, posteriormente, durante a 2ª Guerra Mundial, antipatia ao fascismo e ao nazismo.

Manteve-se, no entanto, anti-comunista, e não fez qualquer oposição ao golpe militar de 64. Apesar desse posicionamento, protegeu e ajudou diversos conterrâneos perseguidos pelos militares.

## Gurgel promete isenção e independência

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, vê a recondução ao cargo, proposta pelo governo, como uma oportunidade para continuar o trabalho que vem realizando desde 2009. Indicado pela presidente Dilma Rousseff a um segundo período, Gurgel fez ontem uma visita ao presidente do Senado, José Sarney, já que sua sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está prevista para amanhã, às 10h30.

Questionado sobre a relação que a Procuradoria-Geral da República (PGR) vai ter com o Senado, já que muitos senadores apresentam requerimentos de investigação ao órgão, Gurgel disse que pretende exercer suas atribuições de maneira republicana,

como prevê a Constituição.

– O principal desafio é continuar a trabalhar de forma independente e isenta – disse, depois da audiência com Sarney.

A aprovação dos indicados para o cargo de procurador-geral da República é uma das prerrogativas do Senado previstas na Constituição. A procuradoria é responsável, em âmbito federal, pela defesa das leis, dos direitos constitucionais dos cidadãos, do regime democrático e do patrimônio público.

O procurador-geral da República exerce a chefia do Ministério Público da União e do Ministério Público Federal, além de atuar como procurador-geral eleitoral.

Conforme prevê a

Constituição, o procurador-geral deve ser ouvido sempre nas ações de inconstitucionalidade e nos processos de competência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Também é sua atribuição promover ação direta de inconstitucionalidade e ações penais para denunciar autoridades como deputados federais, senadores, ministros de Estado e o presidente e o vice-presidente da República.

Além disso, perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o procurador-geral pode propor ação penal, representar pela intervenção nos estados e no Distrito Federal e representar pela federalização de casos de crimes contra os direitos humanos. Rates cum



Procurador-geral, Roberto Gurgel, indicado pela presidente Dilma para novo período no cargo, é recebido por Sarney

## Lídice da Mata exalta memória de João da Costa Falcão

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou a morte de João da Costa Falcão, jornalista, escritor e empresário baiano que morreu na quarta-feira passada, aos 92 anos, em Salvador.

Nascido em 1919, em Feira de Santana (BA), João Falcão se formou em Direito na capital baiana. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi expulso do Exército, preso e passou a atuar na clandestinidade. Em 1954, foi eleito deputado federal pela Bahia.

Em 1958, com a fundação do *Jornal da Bahia*, afirmou a senadora, Falcão revolucionou a forma de fazer imprensa no estado, já que se tratava de um veículo de resistência política que enfrentou o governo estadual, não acostumado com a imparcialidade. O jornal foi criado em parceria com intelectuais importantes no cenário baiano e teve o cineasta Glauber Rocha, o escritor João Ubaldo Ribeiro e o cantor Tom Zé entre seus colaboradores.

A parlamentar informou também que João Falcão fun-



Senadora destaca importância da atuação do militante comunista

dou várias empresas, atuou como diretor de banco e membro do Conselho de Administração das Obras Sociais Irmã Dulce.

Em 2010, ingressou na Academia Baiana de Letras. Como escritor, publicou vários livros, como a autobiografia *O partido comunista que eu conheci e valeu a pena*.

– A vida de João da Costa Falcão foi um exemplo de tenacidade e resistência política – concluiu Lídice.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Duas MPs trancam a pauta

14h Pauta trancada pelas medidas provisórias 528/11, que reajustou em 4,5% ao ano os valores da tabela do IR Pessoa Física até 2014, e a 529/11, que reduziu de 11% para 5% a alíquota paga pelo microempreendedor individual incidente sobre o piso do salário de contribuição para a Previdência Social.

### Presidência Plano Brasil Maior

11h30 O senador José Sarney comparece ao lançamento do Plano Brasil Maior, no Palácio do Planalto; às 15h, concede entrevista coletiva sobre a retomada dos trabalhos legislativos; às 16h, participa de reunião da bancada do PMDB; e, em seguida, preside a ordem do dia.

### Subcomissão Defesa do emprego no país

9h A defesa do emprego no contexto da crise mundial será o tema de audiência pública, dentro do ciclo de debates sobre a integração da América do Sul, a ser realizada pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, que integra a Comissão de Assuntos Sociais.

### CAE Novas adesões ao Simples Nacional

10h A Comissão de Assuntos Econômicos vota proposta que inclui os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Simples Nacional. Também na pauta, projeto que obriga a Receita Federal a comunicar ao contribuinte pessoa física a retenção da sua declaração de IR na malha fina.

### CE Novos objetivos para os Cefets

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa na reunião de hoje a inclusão de cursos de formação de profissionais de educação em nível médio e superior entre os objetivos dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Cefets).

### CMA Publicidade de alimentos e bebidas

11h30 Regras mais rigorosas para a publicidade de alimentos e bebidas é um dos temas em análise na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

### CMO Créditos adicionais em análise

14h A Comissão Mista de Orçamento reúne o colegiado dos líderes partidários para examinar projetos que autorizam créditos adicionais para vários ministérios.

### Ecad Investigação sobre direito autoral

14h30 A CPI do Ecad ouvirá o ex-gerente jurídico do órgão, Samuel Fahel; o presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, Alexandre Annenberg; e a diretora da União Brasileira de Compositores, Marisa Gandelman.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## Cristovam defende redução e mais escolarização

Ao defender a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, Cristovam Buarque (PDT-DF) argumentou que um dos critérios para medir a riqueza de um país deveria ser o tempo necessário à busca de sustento pelos indivíduos. Os outros seriam a produção e a diminuição da pobreza.

O senador argumentou, entretanto, durante a audiência pública da CDH, que a redução da jornada exige uma maior escolarização dos novos trabalhadores a serem contratados, para que não haja queda de produtividade.

– Até pouco tempo atrás, prevalecia a ideia de que país rico é aquele que produz muito. No entanto, pode-se produzir mais e, ainda assim, haver mais pobreza – afirmou.

Por isso, na opinião de Cristovam Buarque, um critério importante para avaliar a riqueza de uma nação seria o fim da pobreza. Outro critério seria a redução da jornada, que permite mais tempo para o estudo, as atividades culturais e o lazer.

No entender do senador, os empregos adicionais esperados com a redução da jornada só podem se tornar reais caso haja mão de obra qualificada para substituir aquela que passar a trabalhar menos. Do contrário, alertou ele, “haverá uma pequena queda na produção e, portanto, na riqueza”.

– E a produção é fundamental, inclusive para possibilitar a redução da jornada – observou o parlamentar.

Para Cristovam, as centrais sindicais precisam defender, junto com a jornada de 40 horas, educação de qualidade para todos. Ele afirmou que a França só conseguiu implantar uma jornada de 36 horas porque naquele país os desempregados têm boa formação e estão aptos a substituir os que estão trabalhando.

## Sindicalistas são contra desoneração da folha salarial

Uma das propostas em debate para a desoneração da folha salarial, assunto que vem sendo discutido pelo governo, prevê o fim da alíquota de 20% que as empresas pagam à Previdência Social. Em contrapartida, seriam aumentados os tributos sobre o faturamento.

Lourenço Ferreira Prado, coordenador nacional interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores, reiterou um dos argumentos das centrais sindicais.

– A Previdência não pode se descapitalizar como consequência da desoneração – argumentou.

Hamilton Dias de Moura, diretor de Organização de Relações Sindicais da Nova Central Sindical de Trabalhadores, protestou contra a desoneração, “pois ela é importante para a sobrevivência dos trabalhadores”.



Senador Paulo Paim, entre Luiz Gonzaga de Negreiros, Antonio Lisboa Amâncio do Vale e Tadeu Moraes de Sousa (E), e Lourenço Ferreira Prado, Hamilton Dias de Moura e Álvaro Sólon de França (D)

Fotos de Gerardo Magalhães/Senado Federal

# Sindicalistas veem arcaísmo nos argumentos contra redução da jornada

Representantes da CUT e da Força Sindical que participaram de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos projetam que redução de 44 para 40 horas semanais na jornada de trabalho favorecerá geração de emprego

REPRESENTANTES DAS CENTRAIS sindicais reagiram em audiência pública contra a difusão de comentários que buscam desqualificar com argumentos morais a redução da carga de trabalho semanal, de 44 para 40 horas, considerada como solução para a criação de mais de 2 milhões de novos postos de trabalho. Os sindicalistas rejeitaram a associação da antiga reivindicação a comportamento de indolência ou aversão ao trabalho.

De acordo com Antonio Lisboa, diretor executivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), isso é parte de visão ideológica arraigada e manipulada com força no passado contra

a abolição da escravatura. Durante a escravidão, salientou, havia também o argumento de que o país iria quebrar se os escravos fossem libertados. Hoje, os opositores da jornada de 40 horas apelam para semelhante argumento ao dizer que as empresas do país não vão suportar os impactos da redução da carga de trabalho.

O sindicalista citou o caso de um deputado que, em pronunciamento, afirmou que a redução da jornada só serviria para o trabalhador ter mais tempo para frequentar bares e beber.

– O deputado esqueceu que um trabalhador tem direito, como qualquer cidadão que paga imposto, de ir aonde

quiser – disse Antonio Lisboa.

Tadeu Moraes, vice-presidente da Força Sindical, salientou que os padrões de produtividade atuais oferecem condições para jornada de menor duração, já adotada por muitos países.

– Há motivos técnicos para querermos reduzir a jornada e não porque sejamos preguiçosos e não queiramos trabalhar – disse Moraes.

Novas vagas no mercado poderiam ser também geradas a partir de regulamentação mais restritiva para as horas extras. A favor da redução da jornada para 40 horas, os sindicalistas citaram ainda a importância de mais tempo para os trabalhadores dedicarem a atividades

de capacitação, família e lazer.

O tema já vem sendo discutido pelo Congresso há 15 anos, por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC 231/95) apresentada pelo então deputado e agora senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). O senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH, foi um dos subscritores da PEC. Eleito senador, Paim também apresentou à Casa proposta com o mesmo objetivo.

Paim observou que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicou a redução da carga semanal para 40 horas desde 1995. No Brasil, a jornada atual de 44 horas foi fixada pela Constituição de 1988. Antes, o teto era de 48 horas.

## Ataídes quer reduzir à metade repasses para o Sistema S

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) anunciou que apresentará projeto de lei para reduzir à metade a alíquota sobre a folha salarial que vai para o Sistema S, formado pelo Senai, Sesc, Sebrae e afins. Em debate ontem na CDH, ele informou que encaminhou requerimento para que as entidades sejam notificadas para divulgar seus balanços, como previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Apenas o Sesi tem divulgado seus balanços, conforme o senador. No debate, dois temas foram abordados: a desoneração das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento e a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais. Ataídes Oliveira afirmou que o Sistema S opera com “números monstruosos”, sem que haja transparência e, de outro lado, a devida fiscalização dessas entidades.

O senador afirmou que as entidades arrecadaram R\$ 12,4 bilhões em 2010 com estimativa de R\$ 15 bilhões para 2011. Apesar disso, conforme salientou, nem as empresas nem os trabalhadores deixam de pagar taxas

para ter acesso aos programas de treinamento e capacitação oferecidos pelas entidades.

– É uma farra do boi. A redução das alíquotas já vai dar um fôlego aos nossos empresários – afirmou Ataídes Oliveira.

Sindicalistas que participaram do debate apoiaram a ideia de redução das contribuições ao Sistema S. Os convidados, assim como Paulo Paim (PT-RS), se manifestaram contra qualquer medida que provoque perdas de receita para a Seguridade Social, a principal destinatária das contribuições incidentes sobre a folha salarial.



Ataídes: entidades promovem “farra do boi” com os recursos

## Presidente da Anfip elogia modelo de seguridade

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Álvaro Sólon de França, defendeu o modelo de seguridade do país como um dos mais avançados do mundo, fonte de direitos para os trabalhadores urbanos e rurais e de benefícios sociais. Segundo ele, há um debate ideológico que estigmatiza a seguridade e falta espaço na mídia para seus defensores.

– A luta pelo orçamento da seguridade social é de toda a sociedade brasileira, das entidades sindicais e do Parlamento – apelou.

França disse ainda que a mídia e o governo falam em desoneração das contribuições, mas se trata mesmo de uma substituição da base de cobrança: da folha salarial para o faturamento das empresas. Argumentou que o custo com salários no Brasil é

baixo quando comparado com outros países. Seria, afirmou, de pouco mais de 25% sobre o salário pago, embora se diga que ultrapassa 100%.

Antonio Lisboa, diretor executivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), disse que o debate sobre a desoneração não pode ser isolado da discussão da reforma tributária. Para ele, há um padrão injusto de cobrança de impostos, que penaliza quem pode contribuir menos, como os assalariados.



Senadora declara apoio à "faxina" promovida por Dilma Rousseff

## Ana Amélia apoia apuração de denúncias contra integrantes do PP

Apesar de ter considerado convincentes as explicações do ministro das Cidades, Mário Negromonte, sobre denúncias de corrupção publicadas pela revista *IstoÉ*, a senadora Ana Amélia (PP-RS) avaliou que é necessário investigar as acusações. Segundo a revista, o ministério teria liberado pagamentos irregulares a empreiteiras que doaram mais de R\$ 15 milhões

ao Partido Progressista (PP), que comanda a pasta.

Em nota, o ministro afirma que as empresas não são contratadas pelo ministério e que as verbas destinadas às obras são aprovadas por estados e municípios. Os recursos são repassados a operadores financeiros, como a Caixa, responsáveis pela liberação, diz Negromonte.

– Não tenho compromisso com

o erro. Tenho compromisso com a verdade e com a ética. Espero que todos os fatos sejam esclarecidos – afirmou a senadora.

Ana Amélia leu nota do senador Francisco Dornelles (RJ), presidente do PP, em resposta às denúncias. No texto, ele reitera o apoio ao ministro Mário Negromonte e declara que as doações de campanha ao PP obedeceram à lei eleitoral.

A senadora também disse que a agenda da ética e da moralidade na gestão pública é prioritária.

– Eu me alio à iniciativa do senador Cristovam Buarque de criar um grupo de apoio à faxina para dar respaldo político à presidente Dilma Rousseff no afastamento de servidores suspeitos de envolvimento em esquemas de corrupção.

## Alvaro Dias volta a defender CPI do Dnit e quer ouvir cinco ministros

Líder do PSDB afirma que só a comissão parlamentar de inquérito, para a qual já conta com 23 das 27 assinaturas necessárias, poderá "colocar o mal à luz para que possa ser visto, denunciado, combatido e condenado"

### Senador celebra solução para os brasiguaios

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou em Plenário ontem não haver mais necessidade de realização de audiência pública para debater a situação dos agricultores brasileiros estabelecidos no Paraguai. O senador, que havia proposto a audiência antes do recesso, explicou que os conflitos na região foram encerrados e uma solução para o caso está sendo construída entre agricultores e autoridades paraguaias.

Na primeira quinzena de julho, agricultores brasileiros com terras na região de Santa Rita, no Paraguai, denunciaram estar sendo expulsos de suas propriedades. Os paraguaios alegaram que as terras eram deles, por meio da posse de títulos, que, segundo os agricultores, seriam falsos. O impasse gerou confrontos entre agricultores brasileiros e sem terras paraguaios, provocando, inclusive, atos de violência. No último dia 15 de julho, os agricultores ameaçaram fechar as rodovias paraguaias com cerca de 5 mil tratores parados nas estradas.

– Fui a Foz de Iguaçu para encontro com vereadores da cidade e com os chamados brasiguaios. O resultado foi excepcional. Em pouco tempo autoridades paraguaias agiram. Uma comissão foi instalada no Congresso paraguaio. E aquilo que nos preocupava não mais nos preocupa. Não há mais violência, houve solução. Neste momento, os brasiguaios não estão sendo atingidos por nenhum ato de violência, nenhum ato de despejo dos brasileiros instalados em suas propriedades no Paraguai.

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) voltou a defender ontem a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de corrupção envolvendo o Ministério dos Transportes e alguns de seus órgãos. Além disso, o líder do PSDB informou que o partido já protocolou requerimentos de comparecimento de cinco ministros para que prestem esclarecimentos sobre recentes acusações de irregularidades em suas pastas.

– A CPI tem este objetivo: produzir transparência, publicidade dos atos, colocar o mal à luz para que possa ser visto, denunciado, combatido e condenado. Esse é o objetivo essencial da investigação política, que estabelece parceria com a investigação judiciária, com uma interação produtiva, compartilhando informações – disse o senador.

Na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), informou Alvaro Dias, foram protocolados requerimentos para o comparecimento dos ministros dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, e de Minas e Energia, Edison Lobão. Na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o pedido é para o comparecimento do ministro das Cidades, Mário Negromonte.

Já na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), acrescentou o senador, a oposição



Fotos de Waldemir Borges/Senado Federal

Para Alvaro, investigação revelará "mazelas que contaminam governo Dilma"

deseja ouvir esclarecimento dos ministros do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi. Também poderão ser chamados para vir ao Senado dirigentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgãos que foram alvo de recentes acusações pela imprensa.

De acordo com Alvaro Dias, auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) mostrou que diversas licitações realizadas pelo governo federal são "jogos de cartas marcadas" e que "as irregularidades estão disseminadas entre todos os gestores".

– O maior apoio que a presidenta pode desejar neste momento é uma investigação de profundidade para revelar

todas as mazelas que contaminam o seu governo e podem comprometer a sua gestão. Sem isso não haverá sinceridade. Precisamos de ação, cada qual no âmbito da sua competência. E a nós compete investigar para revelar e contribuir para que ocorra a responsabilização civil e criminal e para que a indecência da corrupção, que contamina o organismo da administração pública brasileira, não seja protegida pela impunidade – declarou Alvaro Dias.

Em aparte, a senadora Ana Amélia (PP-RS) concordou com o colega sobre a importância do papel fiscalizador do Congresso.

Alvaro Dias disse ainda que as providências contra as denúncias devem ir além da "demissão de coadjuvantes". O parlamentar acrescentou que faltam apenas quatro das 27 assinaturas necessárias para que o requerimento de criação da CPI do Dnit seja apresentado à Mesa do Senado.

## Wagner Rossi é chamado para explicar denúncia

O líder do PSDB, senador Alvaro Dias, irá apresentar requerimento convidando o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, a esclarecer aos senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) denúncias veiculadas pela revista *Veja* sobre irregularidades na pasta.

A revista publicou entrevista com o ex-diretor financeiro da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) Oscar Jucá Neto, irmão do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). O ex-diretor, afastado na semana passada, acusa o PMDB e o PTB de manter esquema para desviar recursos da Conab e controlar a estrutura do Ministério da Agricultura.

– Queremos que o ministro da Agricultura possa esclarecer esses fatos e, em conformidade com o depoimento dele, vamos avaliar o que devemos fazer a seguir – explicou Alvaro Dias.

O líder do PSDB também se mostrou confiante na instalação da CPI do Dnit. Conforme informou, o requerimento para a criação da CPI já conta com 23 assinaturas, sendo necessárias mais quatro para que a comissão de inquérito seja instalada no Senado.

– Esperamos que as denúncias que explodiram nesses dias possam ter mexido com a capacidade de indignação de parlamentares do governo e eles possam apoiar a criação da CPI – disse.

Já assinaram o requerimento para criar a CPI os dez senadores do PSDB – Alvaro Dias (PR), Aécio Neves (MG), Aloysio Nunes (SP), Ataídes Oliveira (TO), Cícero Lucena (PB), Cyro Miranda (GO), Flexa Ribeiro (PA), Lúcia Vânia (GO), Mário Couto (PA) e Paulo Bauer (SC); os cinco do DEM – Demóstenes Torres (GO), Jayme Campos (MT), José Agripino (RN), Kátia Abreu (TO) e Maria do Carmo Alves (SE) –; os dois do PSOL – Marinor Brito (PA) e Randolfe Rodrigues (AP); além de três senadores do PMDB – Pedro Simon (RS), Jarbas Vasconcelos (PE) e Roberto Requião (PR) – e dos senadores Pedro Taques (PDT-MT), Ana Amélia (PP-RS) e Sérgio Petecão (PMN-AC).

## Cristovam pede movimento contra corrupção

A incapacidade de superar divergências está levando o Congresso norte-americano a enterrar o bipartidarismo, deixando para a última hora uma solução sobre o aumento do teto da dívida dos Estados Unidos, afirmou ontem o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). A situação deve alertar os parlamentares brasileiros para a necessidade de superar divergências político-partidárias e apoiar, de modo suprapartidário, as medidas de combate à corrupção que a presidente Dilma Rousseff vem tomando.

– Nunca antes, como se costuma dizer, um presidente demitiu 20 ou 22 pessoas sob suspeita. Com um gesto como esse, não é possível que a gente não dê um recado à presidente e ao Brasil: aqui no Senado, ela terá apoio para essa faxina que se propôs a fazer e que esperamos que vá além do que foi feito, onde for necessário – afirmou.

Cristovam disse que temia a imprevisibilidade do que poderia acontecer na economia mundial se o Congresso e o Executivo norte-americanos não chegassem a um consenso.

Cristovam falou ainda da dificuldade de o governo brasileiro conciliar controle da inflação e manutenção de uma alta taxa de juros.

– Só a Grécia paga juros pela dívida maiores do que os pagos pelo Brasil. A Grécia paga 5,47% e nós pagamos 5,1%. O tamanho da dívida brasileira nem é dos maiores quando comparado com o de outros países, mas a taxa de câmbio é muito maior porque gastamos mais do que deveríamos, mas, se gastamos menos, crescemos menos – analisou.

Randolfe Rodrigues (PSOL-PA) concordou com a ideia de que a oposição deve apoiar as medidas presidenciais de combate à corrupção.



Cristovam Buarque defende apoio suprapartidário à presidente Dilma

## Pimentel pede justiça fiscal e critica atual ICMS

José Pimentel (PT-CE) manifestou preocupação com o modelo tributário, que considera prejudicial aos estados de menor desenvolvimento industrial, e pediu uma solução para a guerra fiscal entre os estados. Segundo o senador, a cada ano o atual mecanismo de recolhimento do ICMS tira R\$ 98 bilhões em créditos tributários de estados mais pobres.

Para o parlamentar, a guerra fiscal inibe o progresso, causando sucateamento do parque industrial. Citando o exemplo da China, que equipou-se e renovou suas fábricas nos anos 70 e 80, Pimentel manifestou sua esperança de que o reforço da indústria contribua para o Brasil enfrentar melhor as crises mundiais e pediu um amplo debate no Congresso Nacional para “construir uma nova forma tributária dentro do pacto federativo”.

– O primeiro grave problema é que precisamos produzir máquinas e equipamentos para desenvolver a indústria nacional e os estados semi-industrializados, e esses estados estão deixando de comprar máquinas e equipamentos dos quatro estados industrializados, em face de um famigerado ICMS que cobra na origem – disse.

O senador frisou que o ICMS não tem qualquer uma das características que se recomenda para um bom tributo: a progressividade (quem menos tem menos paga, quem mais tem mais paga); a baixa sonegação (quanto menos sonegação tem o imposto, mais justo é); e o custo para arrecadar (quanto menor o custo para arrecadar um tributo, mais justo ele é). O ICMS, disse o senador, “é exatamente o contrário” de tudo isso.



Para Pimentel, guerra fiscal inibe o progresso e sucateia a indústria

Senadora afirma que, além de contrariar decisão do STF que considera inconstitucionais leis estaduais concedendo benefícios fiscais, a medida representa competição desigual entre o estado mais rico do Brasil e o Amazonas

## Vanessa condena incentivo de São Paulo para indústrias de tablets

A SENADORA VANESSA Grazziotin (PCdoB-AM) criticou, em discurso, decreto do governo de São Paulo que garante incentivos fiscais para a instalação de indústrias de tablets no estado. Ela disse que essa medida pode trazer “consequências negativas”.

Segundo relatou, desde junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) vem considerando inconstitucionais várias leis estaduais que concedem incentivos fiscais, como prevê o decreto paulista. Ela afirmou que esses incentivos deveriam passar pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), do Ministério da Fazenda. A senadora lamentou que, mesmo depois da decisão do STF, o governo de São Paulo tenha “publicado tal decreto”.

Vanessa Grazziotin informou que o governador do Amazonas, Omar Aziz, ingressou no STF, na última quinta-feira, com uma ação direta de inconstitucionalidade para suspender o decreto. De acordo

com a senadora, a medida paulista é contrária à Constituição federal, por trazer diferença de tratamento tributário. Ela disse que se trata de uma competição desigual entre o estado mais rico do país, que produz 31% do produto interno bruto (PIB), contra o Amazonas, que representa apenas 1,5% do PIB nacional.

– Essa guerra fiscal não interessa ao país nem à Zona Franca de Manaus – declarou.

A parlamentar destacou que estudos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) apontam que cada real investido pelo governo no programa de incentivo fiscal provoca um retorno de R\$ 1,40 para os cofres públicos. Assim, assinalou, a renúncia fiscal deve ser entendida como investimento na região.

Pediu também atenção para o conteúdo da Medida Provisória (MP) 534/11, em análise na Câmara dos Deputados, que trata de incentivos à produção de tablets, afirmando



Vanessa Grazziotin: “Guerra fiscal não interessa ao país nem à Zona Franca”

que o Senado pode oferecer emendas para tornar o texto mais adequado.

Depois de declarar que a Zona Franca de Manaus é um benefício para o Brasil, Vanessa Grazziotin observou que, nos primeiros cinco meses de 2011, a Zona Franca apresentou lucro recorde de mais de US\$ 16 bi, com crescimento

de quase 23% em relação ao mesmo período de 2010. Disse ainda que a Zona Franca é o maior polo eletro-eletrônico da América do Sul, ajuda na preservação da região que apresenta a maior biodiversidade do planeta, substitui importações e contribui para o equilíbrio do desenvolvimento regional.

## Braga cobra diálogo amplo sobre nova política industrial

Eduardo Braga (PMDB-AM) disse ontem que a política industrial anunciada pela presidente Dilma Rousseff precisa ser discutida com as lideranças políticas, por considerar que os projetos de desoneração fiscal em debate podem acabar com as vantagens oferecidas pelos estados mais pobres na atração de investimentos.

Para o senador, a interlocução e o debate nacional sobre a política industrial não podem esquecer brasileiros excluídos, que precisam contar com um projeto de desenvolvimento socioambiental que inclua políticas sociais, de geração de emprego e renda e de desconcentração industrial.

– Que São Paulo possa continuar se desenvolvendo, mas que o Polo Industrial da Zona Franca de Manaus possa vislumbrar um futuro melhor – afirmou.



Eduardo Braga diz que Zona Franca precisa vislumbrar “futuro melhor”

Braga disse que não se pode esquecer que o país viveu durante anos uma política de dois brasis. O primeiro, assinalou, se desenvolvia e crescia por investimentos básicos, principalmente da iniciativa privada, sem a capacidade do poder público

de investir, enquanto o Norte e o Nordeste viveram à margem do desenvolvimento.

O parlamentar reconheceu que a desoneração fiscal é necessária, mas ressaltou que ela não pode vir acompanhada do esquecimento da necessidade de manutenção das vantagens comparativas entre o Polo Industrial de Manaus e da região da Amazônia ocidental “versus aquele Brasil que já possui infraestrutura, logística, recursos tecnológicos e científicos para ser competitivo com qualquer outro país do mundo moderno”.

Destacou ainda decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucionais os incentivos fiscais concedidos por seis estados da Federação.

Em aparte, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) manifestou apoio a Eduardo Braga e disse

que a Paraíba “já perdeu uma década em função de guerra fiscal, com privilégios concedidos sabe Deus lá como”.

### Tablets

Eduardo Braga também apelou à presidente Dilma Rousseff e ao presidente da Câmara, Marco Maia, para que este indique o relator da Medida Provisória (MP) 534/11, que trata da produção de tablets no país, uma vez que se aproxima o fim do prazo de vigência da proposta, que ainda será analisada pelo Senado.

– Apelo para estabelecermos diálogo e interlocução com o relator antes que a matéria chegue ao Senado com o prazo vencido, dificultando seu aperfeiçoamento. Apelo para que o Senado possa se manifestar e não seja apenas carimbador [das propostas do Executivo] – afirmou.

## Ataídes quer rigor sobre serviços sociais

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) anunciou em Plenário uma série de medidas que pretende propor para aumentar a fiscalização do chamado Sistema S. O parlamentar quer também sugerir medidas para diminuir a arrecadação do sistema, que para ele é exagerada.

O Sistema S designa 12 entidades destinadas a atender ao interesse de categorias profissionais ou econômicas. O senador citou, entre elas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); o Serviço

Social da Indústria (Sesi); o Serviço Social de Transporte (Sest); o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat); e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Ataídes Oliveira disse que irá propor um projeto de lei que reduz pela metade as alíquotas pagas pelas empresas ao Sistema S (leia mais na página 3). O senador afirmou também que pretende obrigar as entidades a publicarem balanço de suas atividades, como previsto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) desde 2008. Disse ainda que irá requerer ao TCU que faça fiscalizações anuais nas entidades. De acordo com ele, o TCU não fiscaliza as empresas do Sistema S.

## Chineses preocupam gaúchos, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou a preocupação dos empresários gaúchos com a concorrência dos produtos importados, especialmente os chineses, comercializados no âmbito do Mercosul. Durante o recesso Paim visitou as cidades de Guaporé e Caxias do Sul, onde ouviu reivindicações de diversos setores.

Ele citou dados das exportações brasileiras que apontam os países do bloco como nossos principais clientes, sendo 23% de nossas exportações destinadas à Argentina, Paraguai e Uruguai, seguidas por Chile, 15,9%; Estados Unidos, 10,7%; México, 6,6%; África do Sul, 6,2%; e Holanda, 4,2%. Já as importações,

salientou, são dominadas pela China, com 24,7%; seguidas pela Itália, 12,8%; Estados Unidos, 10,1%; Argentina, 6,2%; Taiwan, 3,6%; Suécia, 3,1%; e Chile, 3%.

– Os empresários reivindicam uma concorrência mais equilibrada. Eles estão preocupados com a triangulação representada pelos produtos do Mercosul e aqueles vindos da China – observou o parlamentar, que irá integrar o Parlamento do Mercosul (Parlasul).

Paim mencionou também projeto de lei da Câmara (PLC 33/11) que deverá ser apreciado pelo Plenário no início deste mês, que trata da criação de 17 varas do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região, no Rio Grande do Sul.

## Proposta mantém aluno em escola

Também está na pauta da CE projeto que obriga as escolas a manterem em suas dependências os alunos da educação básica durante todo o turno em que estejam matriculados, mesmo que não haja aula por causa de ausência de professor. A matéria oriunda da Câmara recebeu voto favorável do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que rejeitou emenda do então senador Valter Pereira.

Conforme a proposta, no caso da falta de professores, os alunos deverão receber atividades complementares de ensino, respeitando-se a faixa etária e a grade curricular de cada série escolar.

– É imprudente, indevido e equivocado que alunos da rede pública de educação básica sejam encaminhados para suas casas quando há a falta de professores, muitas vezes sem que pais ou responsáveis sejam comunicados. Vale aqui lembrar que a tutela das crianças e adolescentes matriculados na rede pública é responsabilidade direta dos respectivos estabelecimentos de ensino e do Estado – afirma o relator.

Aloysio Nunes justificou a rejeição de emenda ao projeto por entender que não é apropriado retirar o caráter geral dado pelo texto inicial da emenda, que atribuiu o dever de manter os alunos a todas as escolas da rede básica.

Projeto inclui nos objetivos dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia, além da formação de tecnólogos, a qualificação de professores de nível médio e superior

# Cefets poderão formar profissionais de educação

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa hoje a inclusão de cursos de formação de profissionais de educação em nível médio e superior entre os objetivos dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia – conhecidos como Cefets. A matéria, apresentada pela então senadora Fátima Cleide, foi aprovada com emenda na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), e tem voto favorável do relator na CE, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O exame da proposta (PLS 235/10) se dará em duas votações nominiais, uma para o projeto e outra para a emenda, cujo objetivo era tornar a ementa do projeto mais clara e genérica.

Conforme o relator, os Cefets estão enfrentando, nesse movimento de expansão e de nova identidade, a missão de oferecer cursos profissionais de nível médio, integrados, concomitantes ou subsequentes ao curso convencional, e, ao mesmo tempo, cursos superiores, seja de tecnologia nos setores primário, secundário e terciário da economia, seja na preparação de professores para a educação básica.

Tais ações, explica, respondem, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, à carência de técnicos e de tecnólogos capazes de assumir os desafios do desenvolvimento e à necessidade de habilitar docentes qualificados em ciências exatas.

Seguindo essa tendência, a proposta aperfeiçoa as prioridades dos institutos, com a inclusão, em seus objetivos, dos cursos de formação de profissionais da educação

Proposta responde à necessidade de qualificar professores em ciências exatas



entre os cursos de nível médio integrados, de modo a “pagar uma dívida com o passado e assumindo um desafio do futuro”.

O relator explica que, no nível superior, o projeto amplia

a atuação dos Cefets na oferta de formação de profissionais da educação, além de licenciaturas nas áreas de matemática, ciências e educação profissional, bem como na formação dos profissionais não docentes.

## Reajuste da tabela do IR tranca a pauta do Plenário

Duas medidas provisórias trançam a pauta de votações do Plenário, ambas com prazo de análise apertado. A MP 528/11 – transformada na Câmara dos Deputados em projeto de lei de conversão (PLV 18/11) – reajustou em 4,5% ao ano os valores da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) até 2014. Os senadores terão de votá-la até 7 de agosto, para que não perca a validade.

Pela MP, a faixa de rendimentos isenta do IR passou de R\$ 1.499,15 para R\$ 1.566,61 este ano. O índice de correção de 4,5%, aplicado desde 2006, corresponde à meta de inflação estabelecida pelo governo e resultará numa renúncia fiscal de R\$ 9,3 bilhões durante todo o período, segundo o Executivo.

Entre as emendas feitas pelos deputados, está a permissão para dedução da base de cálculo do IRPF das despesas relativas a planos de saúde pagos a empregados domésticos, limitada a um por declaração e a R\$ 500 anuais. Outra emenda fixa em 30 dias o prazo mínimo para que contribuintes atendam às intimações da Receita e apresentem documentos. Além da correção das tabelas do IR, a MP reajusta os limites para despesas dedutíveis com dependentes, educação, aposentadoria e o desconto simplificado das declarações de ajuste anual. Os novos valores mensais começaram a valer em 1º de abril. Os valores anuais valem para as declarações que serão entregues em 2012.

A Câmara aprovou também emendas sem relação com o tema da MP, como a que prorroga até 31 de dezembro de 2012 o prazo de concessão de gratificações de servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.

### Microempreendedor

A MP 529/11, transformada pelos deputados no PLV 19/11, reduziu de 11% para 5% a alíquota paga pelo microempreendedor individual sobre o piso do salário de contribuição para a Previdência Social. O prazo de validade da MP vence em 18 de agosto.

A proposta, que também traz benefícios para as donas de casa e para as pessoas com deficiência, tem o objetivo de incentivar o aumento do número de microempreendedores no trabalho formal, segundo justificativa do Poder Executivo.

## Projeto proíbe privilégios na escolha de estagiários pelo governo

A regulamentação do ingresso de estagiários na administração pública é o que prevê outra proposta em exame na CE, da senadora Marinor Brito (PSOL-PA). A iniciativa, que depois seguirá para decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania (CCJ), recebeu voto favorável do relator, João Alberto Souza (PMDB-MA). Pela proposta (PLS 17/11), o estágio no serviço público fica condicionado à seleção pública de provas convocada por edital, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

Para Marinor Brito, a ideia é impedir práticas personalistas na seleção de estagiários para administração pública, reforçando os princípios da impessoalidade, da publicidade e da moralidade em todas as esferas de governo.

– Sob o ponto de vista da

educação, o projeto é vantajoso, pois privilegia o esforço individual e a meritocracia, em detrimento das indicações pessoais, que costumam beneficiar os detentores de maior capital social e redes de contato nas organizações públicas – elogiou o relator.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cícero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro\*  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário: Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Cristovam Buarque • Eduardo Braga • José Sarney • Paulo Paim • Ataídes Oliveira

\* Licenciados

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Sueli Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burtle  
Reportagem: Cíntia Sasse  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Randolfe aponta saída para a crise econômica dos EUA

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) fez um alerta, ontem, para o risco de agravamento da crise econômica mundial, caso o banco central dos Estados Unidos – o Federal Reserve – adote medidas de contração fiscal, reduzindo os gastos governamentais.

Concordando com ponto de vista do economista Paul Krugman, em artigos publicados no jornal *The New York Times*, Randolfe Rodrigues observou que a melhor saída para a presente crise econômica é exatamente o oposto do arrocho fiscal proposto pelos setores mais à direita do Partido Republicano.

– [A solução] é ampliar a intervenção econômica do

Estado, é ampliar os gastos na economia para salvar o país da crise. O caminho que está sendo escolhido tende ao aprofundamento da crise com dramáticos reflexos na economia mundial e para nós, aqui no Brasil – disse.

Com relação à economia brasileira, Randolfe considerou fundamental que o governo reveja o atual modelo, baseado na obtenção de elevados superávits primários, no estabelecimento de metas de inflação e na manutenção de altas taxas de juros.

Segundo ele, o modelo econômico brasileiro está levando à desindustrialização do país e o transformará em “mero exportador de matérias-primas”.



Randolfe: é preciso que Estado amplie intervenção para salvar país da crise

## Suplicy propõe voto de solidariedade à Noruega

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem apoio dos senadores a seu requerimento por um voto de solidariedade ao povo norueguês, em razão dos “teríveis atentados sofridos no país recentemente”. O senador elogiou a reação pacífica e generosa da Noruega ao atentado e afirmou que o Brasil deveria se espelhar no exemplo de paz e democracia dado ao mundo por aquele país.

No dia 22 de julho, a explosão de um carro-bomba no centro da capital Oslo e o tiroteio em um acampamento de jovens em evento do Partido Trabalhista, na ilha de Utoya, deixaram 77 mortos. O autor confesso do atentado foi um radical de direita, Anders Behring Breivik, que se entregou às autoridades.

Eduardo Suplicy destacou a postura das autoridades norueguesas – como

o primeiro-ministro, Jens Stoltenberg, e o rei Harald V – que pedem à sociedade que conserve seus valores de tolerância e democracia e afirmam que a transparência e abertura são valores que devem continuar a constituir a identidade do país.

– Matar propositadamente jovens inocentes, quase crianças, tem um sentido terrível. Significa a intenção de matar o futuro, aniquilar a inocência, mutilar a esperança. Em seu delírio ideológico de inspiração nazifascista, é possível que o assassino acredite ter plantado a semente de um novo regime racial e culturalmente intolerante, antidemocrático e fortemente repressivo. Pois se enganou. A reação da sociedade norueguesa à tragédia é exemplar – elogiou Suplicy. Para ele, o Senado não pode deixar de manifestar “irrestrita solidariedade ao povo norueguês”.



Segundo Suplicy, reação norueguesa à tragédia tem sido exemplar

Para senador, os projetos da comissão especial que discutiu a reforma política, a proposta de mudança na tramitação das MPs e o novo Código Florestal são principais pontos

## Vital do Rêgo destaca agenda do novo semestre legislativo

A REFORMA POLÍTICA, a proposta de mudança no rito de tramitação das medidas provisórias e o novo Código Florestal são os principais temas a serem discutidos no Senado neste segundo semestre legislativo, na opinião de Vital do Rêgo (PMDB-PB).

O senador destacou o esforço para a elaboração das 11 propostas da comissão especial que discutiu a reforma política no primeiro semestre. Elas seguiram para a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Entre as que já passaram pela CCJ e seguem para o Plenário, Vital do Rêgo citou as que tratam da suplência para senador, das regras de fidelidade partidária, do fim das coligações, da exigência de referendo para mudança em sistema eleitoral, da mudança na data de posse e na duração de mandatos para chefe do Executivo.

– Esse esforço deve receber deste Plenário a guarida necessária para a deliberação, a discussão, o debate e a definição do Senado em temas importantes – defendeu o senador, que informou que a CCJ deve votar amanhã as duas últimas proposições, sobre financiamento público exclusivo de campanha (PLS 268/11) e sobre critérios para funcionamento dos partidos e cláusula de desempenho (PLS 267/11).

O senador também disse ser necessário aprovar a PEC 11/11, que determina a divisão dos 120 dias de prazo para tramitação de medidas provisórias no Congresso em 60 dias para a Câmara e 40 dias para o Senado, somados a dez dias para análise da admissibilidade e outros dez dias para revisão na Câmara.



O senador também cobra da Câmara decisão política sobre rito das MPs

Vital do Rêgo afirmou que a CCJ deve encontrar nesta semana uma solução sobre a PEC, já que alguns pontos, como a criação de uma comissão para deliberar sobre a admissibilidade das MPs, ainda são controversos. Ele afirmou que a Câmara dos Deputados também precisa tomar uma decisão política sobre o tema e reclamou sobre o tempo curto hoje dado ao Senado para a análise e votação das MPs.

O senador também disse ser preciso definir com rapidez o texto do novo Código Florestal (PLC 30/11). O projeto está sendo analisado pela CCJ e pelas comissões de Meio Ambiente (CMA) e Agricultura (CRA). Além disso, foi apresentado requerimento à Mesa – ainda sem deliberação – para que o assunto passe também pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

### Autópsia

O senador fez um apelo ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pela instalação

de uma delegacia da Polícia Federal e de uma unidade de medicina legal em Cajazeiras (PB). Vital do Rêgo disse ter ouvido, em visita ao município, atingido pelo excesso de chuvas, o lamento de uma mãe que perdeu o filho e que ainda não havia conseguido enterrá-lo porque a autópsia teria de ser feita em outra cidade.

– Em nome de todos os paraibanos, eu faço esse apelo – disse o senador, que explicou que a cidade é uma das mais violentas do estado.

Vital do Rêgo ainda comentou os atentados terroristas ocorridos na Noruega – em Oslo e na ilha de Utoya.

– Talvez o canto da paz seja a forma mais humana, mais solidária e mais harmônica de tentar desafiar o tempo e a atrocidade humana. Precisamos refletir. Acontece na Noruega. Acontece no Brasil. Acontece em qualquer parte deste mundo cheio de divisões, cheio de preconceitos e que alimenta monstros como esse da Noruega.

## Anibal Diniz ressalta sucesso da 39ª Expoacre

A 39ª edição da Feira de Negócios e Entretenimento do Acre (Expoacre), realizada entre os dias 23 e 31 de julho em Rio Branco, foi considerada um sucesso por Anibal Diniz (PT-AC). O senador ressaltou que a inovação e o empreendedorismo estiveram presentes em todas as atividades desenvolvidas no evento agropecuário, que neste ano movimentou R\$ 110 milhões em negócios, o que representa acréscimo de 10% em relação a 2010.

Nos últimos 12 anos, disse Anibal Diniz, o Acre deu um salto de qualidade, o que vem se refletindo a cada Expoacre, que mostra o crescimento do estado e o quanto ele tem evoluído em termos de produção.

A feira foi organizada pelo governo local em parceria com a Federação das Indústrias do Acre e o Sebrae, com apoio de diversas instituições e empresas. Durante o evento, também foi realizado o 1º Encontro dos Piscicultores do Acre, que reuniu cerca de 1.200 participantes.



Anibal Diniz

## Raupp relata participação em feiras na África

Valdir Raupp (PMDB-RO) relatou sua participação, como representante do Senado, na feira internacional Africa's Big Seven/Saitex 2011 – “uma das maiores do setor alimentício do continente africano” –, realizada entre 17 e 19 de julho em Joanesburgo, na África do Sul. Ele também informou sua participação na Feira Internacional de Luanda, em Angola, e em seminário de negócios em Maputo, Moçambique.

O senador disse ter destacado, nos encontros, o progresso de Rondônia, quarto maior exportador de carne bovina do Brasil. Lembrou que o estado, com um rebanho de 11 milhões de cabeças, preserva 70% de suas florestas, com 17 reservas indígenas e mais de 30 parques florestais.

Raupp lembrou ainda que o Brasil tem 5 milhões de propriedades rurais, sendo dois terços com menos de 20 hectares, o que mostra a importância dos pequenos agricultores. Ele defendeu a aprovação do novo Código Florestal nos mesmos moldes em que foi aprovado pela Câmara.



Valdir Raupp

# Vacinação contra HPV poderá ser gratuita

Projeto de lei do Senado quer garantir às mulheres o direito de vacinação contra o vírus pelo SUS para combater o câncer de colo de útero

O VÍRUS HPV – sigla de papilomavírus humano – é responsável por quase 100% dos casos de câncer no colo uterino. No Brasil, 4.800 mulheres morrem vítimas desse câncer a cada ano, segundo dados de 2008 do Instituto Nacional de Câncer (Inca). O Inca também afirma que o colo do útero é a segunda região do corpo feminino mais atingida pela doença, perdendo apenas para a mama. Entre as formas de prevenção contra o HPV, a vacina tem dado bons resultados, mas só é oferecida em clínicas particulares, a um preço médio de R\$ 900.

Essa realidade, no entanto, pode estar prestes a mudar. Um projeto de lei (PLS 238/11) da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) assegura às mulheres de 9 a 45 anos de idade o direito de receber a vacina contra o HPV pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o país.

O projeto foi recentemente aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Agora, está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será debatido em decisão terminativa, e segue direto para a Câmara dos Deputados caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado.

Segundo o Ministério da Saúde, um dos principais obstáculos para a oferta universal da vacina contra o HPV pelo SUS é o custo – R\$ 1,857 bilhão, apenas para a cobertura da faixa de 11 a 12 anos, o equivalente a quase o dobro do recurso utilizado para os 200 mil pacientes portadores do HIV tratados pelo SUS. Desde 2006, o ministério avalia a incorporação da vacina contra o HPV na rede pública, mas até o momento não há previsão para que ela seja oferecida.

Vanessa Grazziotin exemplificou que vários países já usam a vacina apenas em áreas onde a incidência do câncer de colo de útero é maior, o que pode ser feito também no Brasil.



Foto: Adria de Souza/Prefeitura de Olinda

Funcionárias da prefeitura de Olinda (PE) são vacinadas em programa que promove ações de prevenção e controle à saúde

## Imunização não exclui exame preventivo

Existem dois tipos de vacina contra o HPV. A bivalente contém partículas semelhantes aos vírus do tipo 16 e 18, os mais comuns causadores do câncer de colo de útero. A dose custa cerca de R\$ 120. A vacina quadrivalente combate, além dos vírus 16 e 18, o 6 e o 11, responsáveis por causar as verrugas genitais, tanto em mulheres quanto em homens. A dose da quadrivalente tem um custo médio de R\$ 350. Ambas devem ser aplicadas em três doses e só são liberadas para mulheres de 9 a 26 anos. No PLS 238/11, a idade das mulheres a serem vacinadas seria estendida até os 45 anos.

Segundo a autora do projeto,

essa ampliação se justifica pela evolução dos estudos clínicos, que já observam uma regressão nas lesões em mulheres que são vacinadas, mesmo já tendo contraído o HPV.

Segundo o ginecologista obstetra Arnaldo Joaquim de Santana, do Serviço Médico do Senado, é importante ressaltar que, mesmo com a vacina, a mulher não estaria totalmente livre do câncer do colo de útero. Isso porque a imunização criada só combate dois tipos de vírus HPV com alto risco de câncer. Por isso, deve continuar fazendo o exame preventivo, conhecido como papanicolau, capaz de diagnosticar a presença do vírus

e as lesões antes da formação do câncer.

– A lesão detectada em estágio inicial é 100% curável – disse o médico.

Hoje, o SUS oferece gratuitamente às mulheres o exame preventivo ginecológico em todos os estados do país. Basta procurar a Secretaria de Saúde do município para obter informações. Vanessa Grazziotin afirmou que a incidência do câncer de colo de útero é heterogênea nas diferentes regiões do país. Nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, o câncer atinge mais mulheres, devido à pobreza e à dificuldade de acesso aos serviços públicos.

## Vírus tem mais de 200 tipos

Existem mais de 200 tipos de HPV, vírus que causa lesões de pele ou mucosa. Mas, na maioria das vezes, as lesões têm crescimento limitado e regredem espontaneamente. As lesões podem ser verrugas ou evoluírem para um câncer. Nos homens, as regiões afetadas são geralmente o pênis e o ânus. Nas mulheres, a vagina, a vulva, o ânus e o colo do útero.

Os vírus HPV com alto risco de câncer são os tipos 16, 18, 31, 33, 45, 58 e outros. Já os tipos 6 e 11 são os tipos benignos, responsáveis por causar as verrugas genitais.

A principal forma de transmissão do HPV é a relação sexual. O vírus também pode ser transmitido da mãe para o filho na hora do parto. Por isso, entre as maneiras de prevenção contra o vírus, estão o uso de preservativos e a vacina.

Contudo, a vacina não combate absolutamente todos os tipos do HPV com alto risco de câncer.

## Vacinas

- ▶ **BIVALENTE**  
Combate os vírus HPV 16 e 18, causadores de câncer.
- ▶ **QUADRIVALENTE**  
Combate os vírus HPV 6, 11, 16 e 18. Os dois primeiros causam as verrugas genitais.
- ▶ **ONDE ENCONTRAR**  
Na rede privada a um custo médio de R\$ 900.
- ▶ **QUEM PODE TOMAR**  
Homens e mulheres de 9 a 26 anos. A partir de 26 anos, somente com prescrição médica.

## HPV

Adultos sexualmente ativos devem estar atentos aos sintomas dos cerca de cem tipos de papilomavírus humano, responsáveis pela quase totalidade dos casos de câncer uterino

Papilomavírus humano (HPV) é o nome dado a mais de cem tipos de vírus. Esses vírus são capazes de provocar lesões de pele ou mucosas.

Essas lesões apresentam crescimento limitado e, frequentemente, regredem espontaneamente.

O HPV é transmitido principalmente por via sexual, mas também pode ocorrer por via sanguínea e pelo canal do parto (no nascimento). Mais de 40% dos adultos sexualmente ativos são infectados por um ou mais tipos de HPV. No Brasil, são registrados cerca de 137 mil novos casos por ano. Na maioria deles, o sistema imunológico combate a infecção, eliminando o vírus. O diagnóstico nas mulheres é feito por meio do exame papanicolau e nos homens, pelo exame urológico e, em ambos, por exame dermatológico.

As infecções mais comuns ocorrem na vulva, pênis e ânus. São as verrugas genitais, conhecidas como **crista de galo**. Elas podem ser tratadas por meio de cauterização.

Se não tratadas precocemente, algumas lesões podem evoluir para o câncer de colo uterino. Alguns fatores aumentam a probabilidade de desenvolvimento desse câncer em mulheres infectadas pelo HPV. Entre eles, estão um número elevado de gestações, uso de contraceptivos orais, tabagismo e infecção pelo HIV e outras DSTs.

Fonte: Ministério da Saúde

### Saiba mais

**Inca**

[www.inca.gov.br/](http://www.inca.gov.br/)

**Ministério da Saúde**

[www.aids.gov.br/pagina/condiloma-acuminado-hpv](http://www.aids.gov.br/pagina/condiloma-acuminado-hpv)

**Sítio especializado**

[www.virus HPV.com.br/novo/](http://www.virus HPV.com.br/novo/)

**Disque Saúde**

0800 61-1997 – Ouvidoria do SUS (para receber orientações de saúde e saber mais sobre doenças).

CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM [WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL](http://WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL)

## Gratuidade em toda a rede pública

PLS 51/07 – Altera a Lei 6.259/75, para garantir o oferecimento da vacina quadrivalente contra o vírus HPV de modo gratuito pelos órgãos e entidades públicas, bem como pelas entidades privadas subvencionadas pelos governos federal, estaduais e municipais, em todo o país. Autora: ex-senadora Ideli Salvatti